

6

A SAÍDA, UM BALANÇO E AS TESES REVISITADAS

No final de outubro de 1987, Bresser Pereira pensou pela primeira vez em demitir-se do Ministério. O motivo imediato era a concessão de aumento aos militares, e o então ministro foi discutir o assunto com o deputado Ulysses Guimarães. O presidente do PMDB pediu-lhe que ficasse, para evitar mais crises. Naquele momento, Ulysses estava aferrado à tese de que a Constituinte tinha prioridade absoluta, e tudo que pudesse perturbá-la deveria ser removido do caminho. Bresser aceitou a ponderação, mas tinha uma condição: fazer o pacote de ajuste fiscal e a reforma tributária. Dizia a Ulysses: “Não é possível que isso não passe. Em todos os países do mundo capitalista há imposto progressivo sobre rendimentos de capital, menos o nosso”.

Em 20 de dezembro de 1987, Luiz Carlos Bresser Pereira deixou o Ministério da Fazenda. Nada havia dado certo. De todos os assuntos que atritavam com os círculos íntimos do Planalto, as soluções iam contrariando Bresser. Avançavam as ZPEs (Zonas de Processamento de Exportação), o grupo palaciano pressionava contra o pacote fiscal e sustentava a tese de que não é possível enfrentar os credores externos. Quer dizer, ao contrário do que pretendia Bresser — dispensar o comitê assessor dos bancos credores e, a partir de janeiro de 1988, aplicar unilateralmente o desconto da dívida — o grupo palaciano desejava uma negociação clássica, nos termos de acordos anteriores. A um determinado momento, Bresser só tinha diálogo, no Planalto, com os ministros Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, e general

Ivan de Souza Menda, do Serviço Nacional de Informações. Ambos tentaram ajudar a permanência de Bresser, mas já não havia espaço.

Depois que se demitiu, livre dos constrangimentos que o cargo impunha, Bresser Pereira pôde então discutir mais amplamente algumas de suas teses — sobretudo aquelas referentes à negociação externa, alvo de um tiroteio cruzado. A registrar que, menos de um ano depois da demissão de Bresser, a idéia da conversão de dívida externa em títulos, aproveitando o desconto no mercado secundário, estava amplamente aceita. E a tese do desconto mais global da dívida, como indicou Michel Camdessus em setembro de 1988, já não é considerada “pornografia”, mas uma coisa normal e razoável.

As entrevistas concedidas logo após a demissão constituem um grande debate sobre as principais questões da política econômica brasileira. Incluem desde os aspectos de política partidária até os conceitos mais gerais sobre, por exemplo, democracia e propostas progressistas. Na ocasião, dezembro de 1987, janeiro de 1988, Bresser Pereira ainda participava de um esforço para preservar a política progressista e moderna no PMDB. Meses depois, se reuniria aos que consideraram falido esse esforço e fundaram o Partido da Social-Democracia Brasileira — PSDB.

Entrevista a Gilberto Dimenstein e Armando Ourique, da *Folha de S. Paulo*, de 21.12.1987.

P.: O senhor costuma dizer que as Zonas de Processamento de exportação (ZPEs) estimulariam irregularidades.

R.: Não há dúvida que, se aprovadas as Zonas de Processamento de Exportação da forma como elas foram propostas, elas permitirão todo tipo de fraude, a começar pela fraude à Lei de Informática. O maior projeto que havia para uma Zona de Exportação era uma empresa multinacional de informática. Mas, além disso, permitiria contrabando, enfim, uma série de outras coisas. Mas, a motivação básica das ZPEs é que se imaginou que com isso se poderia desenvolver o Nordeste, o que é absolutamente falso.

P.: Saem do Palácio do Planalto informações vazadas por assessores de que o presidente teria considerado “tímidas” suas propostas de cortes em órgãos públicos...

R.: Eu vejo agora as coisas que dividiram o governo, quer dizer, que dividiram o presidente e o ministro da Fazenda. Esse assunto para mim é inexplicável. Se a coisa fosse errada, nem por projeto de lei devia ser dada. Como eu já disse, se você vai tributar trabalho tem que tributar capital junto, não depois da promessa. Segundo, saem notícias insistentes do Planalto de que o presidente considerou “tímidas” as propostas de extinção de empresas. Realmente, eram tímidas. Mas, eu fiz propositadamente e disse a ele isso, porque eu estava fazendo apenas aquilo que eu achava que ele tinha condições, imediatamente, em uma penada, de acabar. Porque três vezes antes já se tentou fazer reformas administrativas e a coisa fracassou. Fizemos uma proposta viável, possível, já estava com os decretos prontos etc. e dava um prazo para se transferir e demitir funcionários e nem isso se fez. Agora diz que vai fazer muito mais em janeiro. Eu quero ver. Estou esperançoso que seja, mas eu quero ver. E acho que a imprensa deverá cobrar na base de contagem regressiva.

P.: Do Palácio do Planalto também saem opiniões de que se não fosse Sarney o reajuste da tabela progressiva seria prejudicial ao trabalhador...

R.: Essa tabela foi feita com a correção na base de 200%. Isso eu demonstrei de forma absoluta que a única forma correta era 200%. Depois concordei. Eles queriam um pouco mais e eu concordei em passar para 250%. Um dos motivos foi que, no ano passado os contribuintes deveriam ter tido uma correção monetária de 130% e tiveram de 110%, então, foram prejudicados no começo do ano passado, quando eu ainda não era ministro da Fazenda, em 20%. Então descobri esse negócio e resolvi: vou devolver isso para os contribuintes. Esses benefícios somados davam uma correção não de 200%, mas de 250% na tabela, foi o que eu propus. O fato concreto é que esse governo terá muita dificuldade em combater esse déficit público enquanto está muito preocupado em atender todo mundo, conseguir a maioria no Congresso e agradar o Centrão, certamente agradar governadores que o estão apoiando mais diretamente, tudo em função dos cinco anos. Tenho a impressão de que é tudo em função dos cinco anos.

P.: O senhor não ficou preso pelos mitos criados em torno do Fundo Monetário Internacional, visto como um diabo. O senhor queria fazer um acerto com o FMI?

R.: Veja, o grande diabo não é o FMI, o grande diabo é a dívida, porque é uma dívida muito maior do que aquilo que nós po-

demos pagar. Eu fiquei convencido de que há uma incompatibilidade entre crescimento econômico, estabilidade de preço e o serviço regular da dívida. Nós precisamos de uma redução na dívida e de prazos infinitamente maiores, para que se possa compatibilizar o crescimento econômico e preços com a própria dívida. Agora, se essa é a idéia, o que a gente precisa saber é se o FMI pode nos ajudar ou nos atrapalhar em chegar a esse objetivo. Eu acho que, bem utilizado, ele eventualmente pode até ajudar. Um acerto pode significar maiores recursos ao Brasil.

P.: O senhor tinha um plano caso o país não feche um acerto com os banqueiros no próximo mês?

R.: Nós temos que suspender as negociações, acabar com o comitê de credores, ou comitê assessor dos bancos credores e, depois de comunicar aos bancos que negociaríamos, eventualmente, com eles, de acordo com certas bases, que sejam compatíveis com a nossa capacidade de pagamento, mas, banco a banco.

P.: E não se fala mais em FMI...

R.: Continua podendo nos ajudar, quer dizer, se o FMI concordar poderemos fazer uma negociação com o FMI, estamos negociando individualmente com os bancos e podemos negociar com o FMI, obter empréstimos dele etc. Eu acho que o FMI virou é um símbolo da gravidade da dívida externa, da qual ele não é culpado, como os nacionalistas radicais do PMDB e do PT não são responsáveis pela dívida externa, também não é responsável o FMI, que diabo!

P.: Um dos pontos mais explosivos de sua gestão foi o aumento salarial dos militares. O senhor foi, de fato, abandonado pelo presidente?

R.: O erro fundamental foi que o presidente Sarney concedeu aos militares um aumento muito grande dos salários que, na verdade, busca recompor o poder aquisitivo dos salários dos militares a partir de 1985, mas, além disso, ele estabelecia uma isonomia com os juizes do Supremo Tribunal Militar — STM, que permitiria, e já estava no decreto isso, que o aumento fosse de 240% no total. Eu falei que era um absurdo. Mas, eu tive uma conversa muito boa com os militares, que concordaram em eliminar a parte da isonomia. Eu gostaria também que eles concordassem com a diminuição desse aumento. Não consegui porque o presidente realmente se antecipou. Normalmente, quando algum setor quer um aumento, vai e pede ao ministro, esse ministro vai e discute com o ministro da Fazenda, com o ministro da Administração. E depois de muita discussão, se não chegarem a

um acordo, então, sim, o presidente arbitra o finalzinho. Essa é a coisa. Mas aí inverteu-se todo o processo, de forma que a coisa ficou...

P.: Quais as forças que minaram a taxaçoão progressiva de capital, motivo básico de sua saída do governo?

R.: Ela sofreu evidentemente pressões as mais variadas. Deve ter sido específica, porque quando discuti com o presidente Sarney, ele tinha um pequeno papel na mão, que lhe deram, com algumas contas erradas e outras certas, a respeito de quanto pagariam os que lucram com dividendos.

P.: E quem escreveu esse papel?

R.: Não sei, não descobri. De concreto, eu prometi que a reforma tributária não puniria o trabalhador, esquecendo o capital. E era justamente o contrário que estava ocorrendo.

P.: O senhor acha que os empresários demonstram mais habilidade em pressionar as autoridades do que os trabalhadores?

R.: Sem dúvida, a classe dirigente do país é a classe empresarial. Mas é uma classe muito grande, e não foi unânime em relação ao veto e aos impostos nos rendimentos de capital. No caso, atuaram setores muito específicos e pouco representativos dos empresários. Acho que a posição do presidente está mal-explicada, ainda, confesso, não consegui entender. Se ele fosse rigorosamente contra, não proporia que a medida fosse encaminhada por projeto de lei.

P.: É, realmente, difícil acabar com os subsídios?

R.: Quando se fala em acabar com subsídios é um escândalo imaginável. No entanto, há subsídios que perderam total sentido. Grande parte desse dinheiro se perde nas mãos de intermediários. Os únicos subsídios que são legítimos são os subsídios da exportação. Aí nem é subsídio, aí é uma necessidade de você competir. Fora disso, na situação atual do Brasil, era preciso acabar com todos eles, sem exceção.

P.: Quanto o contribuinte e o cidadão ganhariam com esses cortes?

R.: Cerca de Cz\$ 200 bilhões.

P.: O senhor acredita que o capitalismo no Brasil seja um capitalismo sem risco, cartorial, vivendo à sombra das felicidades oficiais?

R.: Eu não acho que a nossa classe empresarial seja cartorial. Tem, é certo, um setor cartorial dependurado no governo, um setor que chamaria de marginal. Duplamente marginal entre os empresários. Mas que, infelizmente, hoje tem uma influência

um pouco excessiva no governo. Mas eu acho uma tremenda injustiça alargar esta crítica a todo o setor.

P.: Como o senhor vê o empréstimo à TRANSBRASIL? Se dependesse exclusivamente de sua vontade, teria saído?

R.: Não. Se dependesse de mim, eu só faria empréstimo à TRANSBRASIL se entrasse um terceiro capitalista e os proprietários da TRANSBRASIL concordassem em ceder o controle acionário para esse capitalista. Valia a pena investir nisto. O pior seria a intervenção, como chegou a ser ventilado. A intervenção seria simplesmente salvar a empresa e depois devolver a dívida inteira.

P.: No jogo de intrigas palacianas, atribui-se ao senhor responsabilidade pelo agravamento da crise, verificada por exemplo nos índices de inflação. Como vê isso?

R.: Deixei o Ministério da Fazenda numa situação da economia brasileira melhor do que quando assumi em abril deste ano. Nós tínhamos uma inflação que caminhava claramente para a hiperinflação. Tínhamos uma recessão que se aprofundava violentamente e uma crise financeira, ou seja, uma quantidade de falências de empresas como nunca houve na história do Brasil. Tínhamos uma redução do salário real dos trabalhadores, que já estava chegando a 20% e tínhamos uma crise no balanço de pagamentos que tinha reduzido violentamente as nossas exportações. A recessão acabou, quer dizer, a queda acabou e a economia estabilizou-se. Você veja o nível de emprego, de produção industrial, você vai ver que eles estão estabilizados, crescendo muito ligeiramente.

P.: E a inflação?

R.: A inflação foi violentamente reduzida e depois voltou a crescer. Quando foi feito o choque, nós sabíamos perfeitamente que a inflação subiria até 10%, essa era a previsão. Ela subiria até 10% e depois estabilizaria. Esperávamos que estabilizasse em torno disso. Eu falava para a imprensa em menos, é claro, porque eu não podia falar em 10%. Ela subiu a 14%, parece que agora estabilizou em 14%.

P.: O PMDB não é o responsável por parte da sua falta de sustentação política?

R.: Quando eu assumi surgiu uma idéia de que eu estava contra o PMDB, o PMDB queria gastar e eu queria segurar. Isso é um absurdo. O que é o PMDB? O PMDB é uma coisa muito grande hoje, o PMDB foi muito desfigurado e fortemente desfigurado. Quer dizer, existe um PMDB histórico, o qual também tem vá-

rias alas e setores etc., mas que eu acho que tem plenas condições de assumir o governo deste país e, realmente, fazer um governo que seja, ao mesmo tempo, popular e austero. Inclusive nesses anos de aprendizagem, o PMDB ficou muito malvisto porque, no caso do Plano Cruzado, se identificou o não combate ao déficit público com os economistas do PMDB. Então, com isso se criou uma idéia de que o PMDB é pela irracionalidade econômica. Não é verdade. Apesar dessas posições, ainda anunciam que Dilson Funaro e a sua equipe, em julho de 86, fizeram um cruzadinho que era para ser um cruzadão. Não foi porque o presidente não concordou com medidas mais drásticas. Então, eles, realmente tentaram segurar. Pode-se dizer que poderiam ter tentado mais. Mas tentaram. Há muito equívoco a respeito da posição do PMDB.

Entrevista a Fabio Pahim Júnior, José Márcio Mendonça e Vicente Dianezi Filho, do *Jornal da Tarde*, de 23.12.1987.

P.: Qual é o espaço para um ministro da Fazenda no país e no governo Sarney?

R.: Enquanto fui ministro havia uma espécie de idéia subentendida, de que eu funcionava como um primeiro-ministro. Ora, isso é um equívoco completo. O ministro da Fazenda não é primeiro-ministro porque ele não tem poder sobre os demais ministros. Não é sequer o ministro da Economia, porque ele não tem o controle do orçamento, que está na área do ministro do Planejamento. Ele é apenas um ministro com bastante poder, mas com capacidade muito limitada de sozinho controlar o déficit público

P.: Como é que se dá essa coisa em que a autoridade do ministro ou de outros ministros vai sendo solapada? O presidente não é passível de ser convencido?

R.: Esses processos são complicados. Depende muito da autoridade. O presidente muitas vezes estava sinceramente desejoso de combater o déficit público, mas havia dificuldades. Os governadores deixaram de pagar a ELETROBRÁS; e impedir esse fato não foi possível. Houve uma vez que um dirigente de uma empresa estatal fez um aumento de salários muito grande. Foi logo no começo dos aumentos, logo depois do aumento do Banco do Brasil. Uma empresa menor, a BASA, fez um aumento de salários semelhante ao Banco do Brasil sem autorização. Eu telefo-

nei ao presidente e pedi que ele fosse demitido. O presidente me disse: "Pois não, vamos demiti-lo". De fato, no dia seguinte ele estava demitido, mas estava assumindo, no mesmo dia, a secretaria-geral do Ministério da Reforma Agrária.

P.: No caso dos aumentos salariais, o detonador de tudo foi aquele aumento do Banco do Brasil. Só que é uma área sua, quer dizer, o presidente do Banco do Brasil, pelo menos no organograma, é um subordinado do ministério da Fazenda.

R.: Mas nesse caso foi o que eu chamaria de um acidente. Eu recusei o tempo todo que fosse dado um reajuste de 45%. Mas ficou evidente que a coisa era inevitável. Porque o presidente do Banco do Brasil estava totalmente a favor. Ele se havia aliado ao presidente do Tribunal Superior do Trabalho, a quem telefonei, e me disse que daria o aumento em qualquer hipótese porque existia isonomia em relação aos funcionários do Banco Central.

P.: Esse foi o maior furo da sua política salarial?

R.: Foi. Foi uma aliança da burocracia, de setores burocráticos para garantirem esse aumento, porque também o Tribunal é um setor burocrático.

P.: Quem prepara as suas próprias normas não é o próprio quadro do pessoal das estatais?

R.: O problema é a isonomia. Foi o que se pretendia dar também aos militares: além de 47% de aumento, foi oferecido a eles isonomia com os juizes do Superior Tribunal Militar. Se fosse feito isso, além dos 47% que eles receberiam no ano de 1988, em duas etapas, porque no final de duas etapas ficariam ainda com o direito, escrito na exposição de motivos.

P.: O senhor não cedeu demais, não foi fazendo concessões e concessões para chegar onde chegou?

R.: Eu acho que não. Se nós examinarmos o que foi, eu sempre falo dos bancos estaduais, por exemplo, e isso liga aos governadores. Quando assumi o ministério, o déficit público estava caminhando para 6,7% pelo menos, quase 7%. Nós estabelecemos uma meta de 3,5%. Será mais do que se esperava, mas bem menos que antes. Os governadores dependiam dos financiamentos do Ministério da Fazenda e nós autorizamos rigorosamente de acordo com o orçamento.

Agora, estourou em quase 2% fundamentalmente nas empresas estatais e na União, onde o ministro da Fazenda não tem poder direto.

P.: O senhor acha que tinha que mudar o perfil das funções do Ministério da Fazenda?

R.: Eu não tenho dúvida. Depois desses oito meses, eu tenho certeza de uma coisa: é preciso que o ministro da Fazenda deixe de ser ministro da Fazenda para ser ministro da Economia e acabe com o Ministério do Planejamento. Segundo, que haja um controle maior do Ministério da Fazenda sobre as empresas estatais. Agora, não adianta nada se não houver apoio do próprio presidente.

P.: O presidente disse que o seu pacote era “recessivo” e um “engodo”. O que o senhor acha disso?

R.: Ele adotou quase todas as medidas que eu propus. Ele apenas passou o imposto sobre rendimentos de capital, ou seja, a tributação na tabela progressiva de juros e dividendos para projeto de lei e não decreto-lei. Ao fazer isso ele discriminou contra os assalariados, claramente. Ou ele mandava tudo por projeto de lei ou tudo por decreto-lei. O argumento que ele próprio me deu é que isso dificultaria os investimentos. Se dificulta os investimentos, o presidente não deveria mandar nem por decreto-lei nem por projeto de lei. Não se entende isso. É um mistério que talvez alguém descubra. Quanto ao problema das empresas — é aí que ele usou a expressão “tímida”, agora está usando a expressão “engodo” — eu concordo que o corte de empresas era tímido, representava mais ou menos oito mil empregos, o que é um número pequeno. Eram quinze empresas, das quais um bom número eram pequenas, eram inexpressivas. Havia algumas grandes, como o IBC, como a CAEB. O corte era tímido de propósito, porque em duas outras ocasiões as propostas de grandes reformas, com liquidações de ministérios, não haviam sido aceitas. A última ainda não faz dois meses. Cortando essas quinze de uma penada, mostraríamos a deliberada vontade do governo de cortar despesas. Embora o corte não fosse muito grande, aborreceria muita gente, seria politicamente incômodo. Isto não foi feito. Por isso eu estou esperando. Se é tímido, se é engodo, isso quer dizer que nós teremos como foi prometido, medidas muito mais drásticas e fortes. Todas elas em janeiro.

Ainda em relação às medidas que eu propus, uma medida fundamental que não foi adotada foi a extinção do monopólio da compra de trigo. Ela é a condição para se acabar com o subsídio do trigo. Atualmente, todo o trigo é comprado pelo Banco do Brasil e depois distribuído por cotas para os moinhos; em consequência disso fica muito fácil fazer o subsídio. Se a coisa fosse privatizada — acaba o monopólio e depois privatiza — ficaria difícil restabelecer o subsídio porque aí você teria que dar dinheiro para empresas privadas.

P.: É inexplicável que isso não aconteça. Qual o tipo de jogo que está envolvido?

R.: Foi especificamente o senador Edson Lobão que informou ao presidente que teria havido uma comissão do Congresso que tinha recomendado que se mantivesse o monopólio do trigo. Agora, é evidente que existem interesses muito grandes. Os proprietários dos moinhos de trigo têm um cartório. Não têm nenhuma concorrência, têm cotas e ganham um lucro certo, seguro, tranqüilo.

P.: A sua gestão não era o momento para fechar os bancos estaduais? Não havia nenhum espaço para o ministro até liderar um movimento desse tipo?

R.: Eu sou a favor do fechamento de muitos desses bancos. Mas eu acho que um ministro deve ser realista, ele deve saber até onde ele pode ir. A gente não pode pedir a um presidente que está com um mandato indefinido, que não foi eleito, que extinga os bancos de um número grande de governadores que foram eleitos pelo povo e que não tinham nada a ver com os erros que foram cometidos, que levaram a isso.

P.: Por que o senhor se demitiu?

R.: Por três motivos: eu não estava vendo condições de combater o déficit público com a determinação necessária; o sistema tributário tem um desequilíbrio para mim inaceitável do ponto de vista ético; e, terceiro, porque eu já estava cansado de ver, a partir de certos setores do Planalto, uma corrente infernal de boatos de que eu ia ser demitido. Era uma boataria estimulada por certos setores do Planalto de que eu eventualmente iria ser "fritado". E isso é muito desagradável. Não posso compreender como é que se permite esse tipo de comportamento saindo do próprio Palácio da Presidência da República.

P.: O senhor saiu falando no déficit público. Mas teve uma fase da sua administração que o senhor dizia claramente não considerar o déficit público o problema básico.

R.: Não. O que eu disse simplesmente foi que a causa direta da inflação, que estava subindo de 3 para 6%, não era o déficit público, era a recomposição dos preços relativos.

P.: Qual o balanço que o senhor faz da sua gestão?

R.: Eu deixei a economia brasileira numa situação substancialmente melhor do que encontrei. Posso dividir minha gestão em três grandes batalhas: a batalha do Plano de Emergência, que foi o congelamento; o Plano de Controle Macroeconômico; a dívida externa. Tem gente que diz que fracassou o Plano Bresser

porque a inflação voltou a níveis de 14% ao mês. Fracassou coisa nenhuma, eu acho que foi um grande sucesso. Nós estávamos caminhando para a hiperinflação. Havia um violento processo de recessão que foi estancado, o desemprego parou de aumentar e a partir de agosto começou a crescer, muito moderadamente, mas passou a crescer: o salário real baixou mais de 20% entre novembro e junho e a partir de julho voltou a crescer moderadamente, mas cresceu neste semestre. Havia a maior crise financeira da história do Brasil, com um número de falências monumental — nunca houve tantas. E, finalmente, havia uma crise de balanço de pagamentos muito grande. Os nossos superávits comerciais tinham baixado para US\$100 milhões. Graças às duas medidas que eu fiz, mais o desaquecimento da economia, essa tendência foi revertida. Acho que o Plano de Emergência foi muito bem-sucedido.

A segunda batalha foi a do Plano de Controle Macroeconômico. Esse plano é muito importante porque representa um diagnóstico atual. Os dois problemas fundamentais da economia brasileira são o desequilíbrio estrutural fiscal interno, ou o déficit público e a dívida externa, que é imbricada com o primeiro porque boa parte da dívida externa é dívida pública e que provoca o pagamento de juros — 2,3% do PIB são os juros que se paga sobre a dívida externa pública; 3,7% do PIB são juros que se paga sobre a dívida pública externa e interna. Se nós queremos retomar investimentos precisamos aumentar nossa capacidade de poupança e investimento; fundamentalmente, a capacidade de poupança do setor público, de zero para 5 ou 6% do PIB. Precisamos reduzir despesas e aumentar receitas. Como se aumenta a receita? Aumentando as tarifas públicas e os impostos. (A carga tributária bruta reduziu-se exatamente 3,7% do PIB entre 1970 e 1985.) E a carga tributária líquida, diminuindo subsídios e incentivos, além dos próprios juros. Este é o diagnóstico do plano. Nós sabíamos que reduzir o déficit público a 3,5% do PIB era uma tarefa muito difícil, praticamente impossível; resolvemos pôr 3,5% quase de teimosia. Não se conseguiu plenamente no déficit público, mas nas demais estratégias nós aumentamos as tarifas públicas, que hoje estão muito mais próximas dos níveis reais (no caso do petróleo já estão nos níveis reais, o atraso foi recuperado). Segundo, aumentei os impostos e tentei de todas as maneiras conseguir alguma coisa quanto ao gasto público.

A terceira batalha, que estava já prevista, foi a dívida exter-

na. Aí nós tivemos avanços muito grandes. O maior e mais importante é que se reconheceu que a dívida externa é um problema muito mais grave do que se imaginava e que é preciso que haja uma redução na dívida. O grande problema não é o FMI mas é a dívida. É uma loucura dizer que todos os problemas do Brasil derivam do FMI, isso não faz sentido nenhum. Agora, as soluções que o FMI e os bancos têm para a dívida são erradas, porque eles acreditam que só o ajustamento interno e um pouco de financiamento resolvem. Minha estratégia sempre foi a de que devíamos esgotar nossas possibilidades de negociação. Se nós conseguirmos no dia 29 de janeiro os avanços que nós achávamos que devíamos ter, tudo bem, fechamos o acordo. E teremos um acordo razoável para o Brasil, não ótimo mas razoável; se não conseguirmos, eu acho que nós devemos dispensar formalmente os serviços do Comitê Assessor de Bancos, e depois enviar aos bancos uma proposta de negociação da dívida, compatível com a capacidade efetiva de pagar do Brasil, e dizer que negociaremos banco a banco. Acaba com essa estória de os bancos virem em cartel discutir conosco.

A última batalha foi a batalha do sistema tributário. Eu queria aumentar a receita e fazer um sistema mais justo. O *Jornal da Tarde* não me entendeu nesse negócio porque insistia muito de que o imposto era sobre a classe média. Não era. Quem paga imposto no Brasil é a classe média e a classe alta. A classe baixa não paga imposto a não ser o imposto indireto. Imposto de Renda quem paga é a classe média e a classe alta. Ora, a reforma tinha como característica reduzir em 7% os impostos pagos por 80% dos contribuintes, e aumentar os impostos de 20% de contribuintes, os mais ricos, ou seja, um milhão de contribuintes. P.: Mas, ministro, a opinião discordante é que quando se olha o desperdício geral do setor público e quando se diz, por exemplo, que as tarifas do setor público estão atrasadas, elas estão atrasadas em relação a um custo que esse setor público tem e que não aparece na carga tributária.

R.: O déficit público é feito basicamente de investimentos necessários, de gastos com educação, saúde, segurança, quase todos necessários. E é feito também de juros sobre a dívida externa e interna, inescapáveis. Quando você examina as demandas que existem sobre os orçamentos dos estados e da União são geralmente três, quatro, cinco vezes maiores do que aquilo que o governo pode fazer. Mas existem coisas que não são justas, não são razoáveis, uma série de subsídios — que deveriam ser prati-

camente todos acabados, precisava acabar, e especialmente os incentivos, exceto os da exportação. Isso dá uns 2 a 3% de PIB.

Entrevista ao *Jornal do Brasil*, 27.12.1987.

P.: O senhor, quando anunciou sua saída do Ministério, disse que pretendia deixar o governo com a mesma elegância com que chegara. O presidente José Sarney, por sua vez, ao comentar suas primeiras declarações após sua saída, disse que as *amizades, mesmo quando elas se acabam, devem ser respeitadas*, afirmando não pretender comentar seu período à frente do Ministério da Fazenda. Na verdade, porém, o senhor saiu dizendo que o presidente só pensava no tamanho de seu mandato e chefiava um governo fraco. E o presidente chamou suas propostas de recessivas e classificou como “engodo” suas sugestões de fechamento de estatais. Não acabou faltando, no episódio todo, justamente a elegância pretendida de parte a parte?

R.: Eu pensei muito, antes de dizer qualquer coisa que o presidente pudesse considerar desagradável. O que eu realmente disse é que o presidente estava numa armadilha e que essa armadilha era construída de duas coisas: de um lado, um problema econômico e político muito grave — uma crise econômica que tem sete anos e que não foi ele quem inventou, e uma crise política que é própria das transições. De outro lado, ele se via muito mal-asseessorado, e esse péssimo assessoramento o levava a procurar manter-se cinco anos na presidência, o que dificultava muito o seu próprio ato de governar; pois não apenas lhe absorvia tempo demais como também subordinava a ação de seu governo a ter que atender, por exemplo, às pressões de deputados e senadores do *Centrão*. Eu disse isso porque achei importante que o país ficasse sabendo. Mas não tenho queixas pessoais contra o presidente.

P.: Mas o presidente, na sua entrevista, referiu-se claramente a *fim de amizade*.

R.: Eu tive com o presidente, nesses sete meses e meio, um excelente relacionamento pessoal... excelente, não, eu diria bom. Dizer que tivéssemos nos tornado amigos pessoais já é difícil, porque não deu tempo. Mas o que realmente me levou a pedir demissão, além do fato de que ele efetivamente não tinha condições de controlar o déficit público e não se revelou decidido a ta-

... xar os ricos da mesma forma como taxava a classe média assalariada, foi que o presidente deixou que uma parte de seus assessores conspirasse contra mim. Por sinal é uma coisa que ele tem feito com outras pessoas...

P.: Não seria útil para o seu partido, o PMDB, e para o próprio país que o senhor desse, afinal, nome aos bois?

R.: (hesita) Eu... eu acho que as pessoas sabem. De qualquer forma, não tenho absoluta certeza quanto a todos os envolvidos. Por duas vezes eu disse ao presidente o que estava acontecendo, baseado inclusive em informações que obtive de jornalistas. Mas nomes de pessoas... achô que isso, agora, é passado, e além do mais eles (os conspiradores) tinham direito de fazê-lo. Mas o que me parecia é que o presidente não tinha o direito de permitir que aquilo acontecesse dentro do Palácio. Nos quatro anos em que trabalhei com o governo Franco Montoro (1983-1987), por exemplo nunca vi uma coisa desse tipo.

P.: O senhor concorda com a afirmação feita pelo ex-ministro da Fazenda Dilson Funaro, no fim de semana passado, durante palestra em Miracema, no Estado do Rio, segundo a qual o presidente José Sarney *não entende nada* de dívida externa?

R.: Não. O presidente Sarney não é especialista no assunto, não é economista, mas tem uma visão bastante boa, a meu ver, da gravidade do problema da dívida externa. Em todos os momentos em que precisei de seu apoio para uma atitude mais firme em relação à dívida eu o tive, embora alguns de seus assessores julgassem necessário fazer correndo um acordo com o Fundo Monetário Internacional e os banqueiros, fosse como fosse. Ele sempre se recusou a fazer isso.

P.: Se dependesse do senhor, a que números, afinal, se chegaria na questão dos gastos do governo nesse seu ex-pacote?

R.: O déficit público chegaria a mais ou menos 3% do PIB, talvez pouco menos que isso. O aumento da carga tributária daria 1,3% do PIB. A redução do déficit público equivalente a mais ou menos 1,5%, desde que, juntamente com a privatização das exportações de açúcar e o fim do monopólio estatal sobre as compras de trigo, nós acabássemos também com os subsídios que existem para o trigo e o açúcar. Com relação às estatais e autarquias que seriam extintas, o efeito direto sobre o déficit público era pequeno. Eu fiz uma lista de empresas cuja extinção teria um efeito basicamente simbólico, psicológico, porque mostraria a determinação do presidente, ao extingui-las, de enfrentar os interesses de ministros, de deputados, de senadores, de governa-

dores, das pessoas que ocupavam cargos nessas empresas. Isso me parecia muito importante. Propus outra medida, destinada a evitar um déficit adicional de 1,5% do PIB. Ela estabelecia uma contenção no orçamento da União, que havia sido desvirtuado. O orçamento era para ser compatível com um déficit de 2% do PIB e tinha se tornado, através de manipulações, compatível com um déficit de 3,5% do PIB (referência a manobras realizadas pelo ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira).

P.: O senhor falou no corte das estatais como gesto simbólico. No entanto, no episódio do aumento do soldo dos militares, em outubro, não seria igualmente um importante gesto simbólico não ceder para não aumentar ainda mais o déficit público? Como o senhor teve que ceder, não era aquela hora de se demitir do governo?

R.: Eu quase saí naquele momento. Os militares desejavam, muito razoavelmente que houvesse um aumento porque seus soldos estavam claramente defasados. Os ministros militares falaram diretamente com o presidente e o presidente lhes ofereceu — mas sem falar comigo — a isonomia com os ministros do Superior Tribunal Militar. (Um general-de-exército passaria a ganhar o mesmo soldo de um ministro, um general-de-divisão teria um reajuste na mesma proporção e assim toda a tropa, até um soldado profissional). Essa isonomia seria um absurdo total: daria 250% de aumento, em termos reais, para os militares. Os ministros militares, muito sensatamente, descobriram uma fórmula que mantinha a idéia da isonomia, mas exclusivamente com o soldo básico, deixando de incluir todas as outras vantagens, o que significava um aumento de 47%.

P.: Se se chegou a essa fórmula, por que então o senhor quase saiu?

R.: Na exposição de motivos do decreto de aumento, já preparada, se dizia que, a partir de 1988, se completaria essa isonomia. Ou seja, abria-se todo um espaço para um aumento absurdo. Quando recebi o decreto da mão do presidente, eu disse que não podia assiná-lo. Tive depois longuíssimas reuniões com os ministros militares, que foram amáveis, mas nas quais eu lhes disse claramente que, se ficasse a isonomia naqueles termos, eu pediria demissão. Eles compreenderam.

P.: No capítulo da dívida externa, seu grande amigo pessoal, o empresário Abílio Diniz, já declarou que a proposta Bresser de *securitização* de parte da dívida externa brasileira tinha boas chances de ser aceita se não tivesse havido vazamento dos estu-

dos então em curso, em setembro passado. O senhor acha que o vazamento, que partiu do governo...

R.: (Faz longa pausa) Acho que foi deliberado. Tenho certeza disso. Agora, não sei se foi para sabotar a idéia, ou porque acharam que a idéia era muito boa (risos).

P.: Quanto isso pesou na sua missão nos Estados Unidos junto ao secretário do Tesouro, James Baker III, que foi apontada como um fracasso?

R.: Eu tinha feito uma proposta muito ousada, nova — a de *securitização* —, que nenhum ministro da Fazenda de nenhum país devedor ou credor havia feito antes e que abria uma nova perspectiva de redução da dívida. Teve repercussão mundial, e foi entendida pelos bancos americanos, particularmente, como ameaça a eles. Quando cheguei a Washington, havia muita expectativa, especialmente por parte da imprensa americana, a respeito da minha proposta. Eu tive uma excelente conversa com o senhor Baker e concordei com uma mudança: ao invés de uma porcentagem de títulos da dívida ter que ser obrigatoriamente aceita na negociação, isso seria feito de forma voluntária. Nós dois concordamos com isso. Nesse dia, também Baker concordou — no que era uma grande vitória para nós — em que houvesse uma desvinculação entre o desembolso do FMI e o dos bancos. Foi uma espécie de troca que eu fiz. Então, foi uma ótima conversa. E eu contei isso para a imprensa.

P.: Por que, então, a seu ver, houve a versão amplamente aceita do fracasso?

R.: Houve um mal-entendido com uma agência de notícias, a Reuters, que fez uma notícia me atribuindo a declaração de que Baker havia aceito todas as minhas propostas. E aí — estou convencido disso hoje — o Tesouro americano percebeu que essa era uma oportunidade para dar um basta no ministro que tinha, no fundo, provocado o sistema. E deram, através de uma nota indelicada da qual, no fim das contas, tenho impressão que Baker se arrependeu. Quando cheguei no Brasil, depois disso, tive uma bela crise. E a verdade é que o presidente Sarney me deu um bom apoio. O governador Orestes Quércia também. No fim das contas, dei a volta por cima, porque a idéia da *securitização* se tornou reconhecida pelos próprios americanos. O PMDB entendeu o que tinha havido, me apoiou, e até no FMI minha idéia encontrou receptividade.

P.: Por falar em receptividade, em que hipótese o senhor, se tivesse continuado no governo, faria um novo choque econômico?

R.: Se houvesse novos choques aceleradores de preços e a inflação aumentasse mais ainda, nesse caso seria certamente necessário um choque. Mas eu só o faria se houvesse, antes, um debate muito grande na sociedade, e se eu pudesse garantir à sociedade que o governo cortaria muito fortemente o déficit público.

P.: No choque que o senhor fez, em junho de 1987, isso então não ocorreu?

R.: Eu naquela ocasião, juntamente com o choque, tomei as medidas de natureza fiscal que ajudaram a cortar o déficit, embora não tenham sido suficientes. De todo modo, o déficit estava indo para quase 7% do PIB, e ficou em 5%. Mas para que um choque dê certo, acho que o modelo de Israel é muito interessante: uma discussão exaustiva sobre as medidas e sua aceitação pelas partes envolvidas. Quando o choque foi feito, durante minha gestão, não houve tempo para isso: eu estava acabando de chegar ao governo e a situação era gravíssima. Os trabalhadores aí sentiram que tinham sido lesados, disseram que eu tinha feito um arrocho salarial. Mas basta ver as estatísticas para verificar que, se houve uma grande perda salarial entre novembro de 1986 e junho de 1987, a partir do choque os salários voltaram a crescer, moderadamente, mas voltaram. Então essa afirmação de que houve arrocho, que a imprensa curiosamente, aceitou...

P.: Essa afirmação partiu também de seu próprio partido, o PMDB.

R.: É, do PMDB também. Mas os salários voltaram a subir depois do congelamento de junho. O fato, porém, é que essa insatisfação dos trabalhadores dificultou o êxito do plano. Se houvesse uma discussão plena antes, com os trabalhadores, empresários e o próprio governo a respeito da distribuição equitativa dos sacrifícios, aí o choque poderia ser muito mais bem-sucedido.

Entrevista à revista *Senhor*, de 5.1.1988.

P.: O senhor se sentiu assim como alguém que foi implementar as idéias do PMDB na economia?

R.: Eu tinha muito claro que as idéias do PMDB são uma coisa muito vaga. Eu sempre defendi as idéias do PMDB e as minhas idéias, como posições de centro-esquerda. É a tentativa de implantar no Brasil um capitalismo moderno, social-democrata. A

respeito dessas idéias havia muita confusão, porque havia pessoas que identificavam essas posições como um nacionalismo exacerbado, que não tem nada a ver com o PMDB ou comigo, necessariamente. Logo que eu assumi, uma coisa curiosa foi que os empresários identificavam o PMDB também com a ganância e com a não preocupação com o déficit público, com uma idéia populista a respeito do governo etc. O que também a meu ver não faz nenhum sentido. O próprio Dilson Funaro não tinha uma tradição no PMDB, mas os economistas que estavam lá, na Fazenda, tinham. E João Sayad também, e eles, eu me lembro muito bem, lutaram contra o déficit público. Há o famoso episódio do cruzadinho (pacote de julho de 86) em que eles propuseram medidas muito mais drásticas para combater o déficit público, e, afinal, essas idéias não foram aceitas pelo presidente. De qualquer forma, o desastre do Cruzado levou o PMDB a ficar com uma imagem distorcida. Uma grande preocupação minha, no começo da minha gestão, foi desfazer isso, colocando posições minhas, que eu também achava que eram posições do PMDB, que estavam baseadas na racionalidade econômica, porque também o PMDB foi identificado com a irracionalidade econômica que a meu ver é uma injustiça muito grande. Uma coisa curiosa foi que os quase oito meses em que fiquei no governo se dividem em duas etapas. Nos primeiros quatro meses, os empresários criticavam violentamente o PMDB e queriam opor a minha racionalidade econômica à irracionalidade do PMDB, mas nos últimos quatro meses a coisa mudou. Esqueceram-se do PMDB e começaram a opor a racionalidade econômica que eu propunha à irracionalidade do governo Sarney.

P.: Mas quando Mário Henrique Simonsen escreveu aquele belo manifesto liberal, aquela peça primorosa publicada pela revista *Veja*, falou em PMDB o tempo todo. Parece que a máquina, essa grande estrutura gastadora do Estado, foi montada pelo PMDB.

R.: Mário Henrique Simonsen é um excelente economista, um homem competente, mas aquele trabalho não faz justiça às coisas que ele escreveu antes. Realmente, ele fez uma peça demagógica, de um homem de partido, muito contraditória, inclusive, com tudo o que ele fez antes. Luiz Gonzaga Beluzzo escreveu um artigo na *Senhor*, que é primoroso, a respeito desse assunto, dizendo que toda a imensa máquina do Estado foi principalmente montada, foi grandemente desenvolvida no período em que Simonsen era ministro da Fazenda. Eu sei que muitas vezes ele es

tava contra isso, eu sei disso, mas o fato é que isso aconteceu, e, de repente, jogar tudo em cima do PMDB é uma coisa ridícula, não tem nenhum sentido.

P.: O PMDB deu a impressão de que nem sempre ficou do seu lado nesses oito meses. Às vezes tivemos até a impressão que estava contra.

R.: A minha relação com o PMDB precisava de uma análise mais profunda, mas no meu balanço eu não fiquei insatisfeito com o apoio ou a falta de apoio do PMDB. O dr. Ulysses sempre me deu um apoio muito grande, Quércia também; dos demais governadores, vários me deram apoio significativo, inclusive homens como Waldir Pires, Tasso Jereissati, Wellington Moreira Franco; com Miguel Arraes eu mantive excelentes relações o tempo todo. Agora, o que eu realmente fiz foi confundir o PMDB, e fiz isso, às vezes, quase deliberadamente, porque havia certos tabus, como o tabu, por exemplo, do FMI que eu desafiei; estou convencido de que o grande problema da economia brasileira é a dívida externa, e não se deve confundir a dívida externa com FMI. Nesse caso da dívida externa, por exemplo, recebi várias vezes os economistas do PMDB, e não houve uma em que eles não saíssem de lá quase inteiramente satisfeitos. A única vez que a coisa ficou um pouco pior foi quando eu fiz o acordo provisório com os bancos credores. Aí, eu tive uma certa dificuldade em fazê-los entender que eu estava fazendo aquilo dentro da política de primeiro esgotar as possibilidades de negociação da dívida externa, para depois poder tomar uma medida mais drástica em relação ao problema. Se não fizesse o acordo provisório, eu teria de interromper as negociações um mês depois de começadas, ou mal começadas. Eu estava começando no dia 25 de setembro e no dia 26 de outubro teriam terminado. Aí eu tive uma certa dificuldade em explicar. Mas acho que consegui manter as teses fundamentais, segundo me parece, de defesa do interesse nacional: no caso da dívida externa e dos trabalhadores em geral. Houve também um grande problema, em seguida ao choque, do arrocho salarial. Tive um trabalho muito grande para convencer que não estava tendo arrocho salarial nenhum. Agora estão os dados aí, é só examinar o que aconteceu com os salários depois do chamado Plano Bresser, para se verificar que eles voltaram a crescer, e não a diminuir; voltaram a crescer moderada mas efetivamente, como eu dizia que ia acontecer.

P.: Depois de setembro, com as taxas inflacionárias em ascensão de novo, aí deve ter complicado...

R.: Aí eu não sei, porque depois de setembro não há dados ainda. Depois de setembro pode ser que tenha havido uma queda, embora também houvesse dissídios coletivos muito altos, de forma que eu não sei o que aconteceu. Mas aí já não é questão de política. O que foi política de minha parte foi, digamos, o Plano Bresser, e havia uma política salarial naquele momento. Outra coisa importante foi a separação do salário mínimo e o piso salarial nacional, e eu passei a aumentar o piso salarial nacional mais que a inflação, uma espécie de corrida contra a inflação, porque eu aumentava e aí a inflação vinha um pouco atrás, mas eu consegui aumentar.

P.: Como é que o senhor dá um balanço da sua passagem pelo Ministério? O senhor acabou de dizer e nós concordamos que recuperou a capacidade de administrar. Mas a produção industrial está estagnada; a inflação voltou; o problema da dívida externa estava encaminhado, mas também não se tem muita certeza de que a securitização vai andar. O que houve no meio do caminho, que obstáculos o fizeram desviar do caminho?

R.: Se você comparar a situação da economia brasileira em abril e maio com a situação da economia brasileira em novembro e dezembro, ainda que a atual situação tenha muitos problemas, ela é muito melhor do que era em abril e maio. Divido a minha gestão em quatro batalhas, porque eu tive que centralizar as minhas preocupações em quatro problemas assim, sucessivos. A primeira foi no chamado Plano Bresser, que era um plano de emergência para interromper uma inflação que caminhava rapidamente para a hiperinflação, para interromper uma crise financeira que levava a um número de falências nunca visto no Brasil, que levava à recessão, a uma redução de salários reais de mais de 20% em cinco meses e que levava uma crise no balanço de pagamentos muito grave. E todas essas tendências foram revertidas, para situações não ideais, é lógico. O desemprego parou de aumentar, o número de empregos aumentou muito moderadamente, a produção industrial aumentou muito moderadamente. As falências estão num nível razoável atualmente. Os salários voltaram a crescer, mas moderadamente, como o nível da produção industrial e a produtividade. O que teve maior sucesso foi o saldo comercial da balança de pagamentos. A inflação voltou a crescer. Nossa previsão foi que subisse para 10%. Cansamos de discutir entre nós que em dezembro a inflação estaria em 10%. Porque aquele choque foi feito em condições muito adversas, com desnível de preços relativos profundo e com reservas tão

baixas que nós não podíamos congelar o câmbio durante o período de congelamento. E não se faz choque sem congelamento de câmbio. A situação era muito difícil. Quando eu cheguei ao ministério, o presidente disse — depois eu falei com o Banco Central, confirmando — a previsão era de que as nossas reservas se esgotariam, apesar da moratória, em julho, ou no máximo em agosto. Em julho havia um começo de reversão, mas muito pequena ainda. Foi só depois que aqueles superávits comerciais ficaram muito maiores e a situação tranqüilizou-se na área externa.

P.: E a segunda batalha?

R.: Foi o Plano de Controle Macroeconômico. Aí era a definição, era o grande diagnóstico da economia brasileira, o diagnóstico de que o grande problema era a crise fiscal e a dívida externa. A grande estratégia interna era aumentar a capacidade de poupança do governo, no setor público, para poder, com isso, aumentar o investimento do setor privado. Liberando as poupanças do setor privado para financiar o próprio setor privado, enquanto o setor público manteria a sua capacidade de investimento e seria financiado por si próprio. Nesse plano também se esboçava uma estratégia para a dívida externa, que ainda não estava definida com clareza. Eu acho que esse plano é muito importante, porque tem um diagnóstico fundamental da economia brasileira e tem uma proposta. O objetivo fundamental dele, na área fiscal, era reduzir o déficit público para 3,5%, quando nós estávamos chegando ao teto de 7%. Todas as projeções eram para 7%. Afinal, nós vamos chegar em 5,2% ou 5,3%, tudo indica que vai ser isso. É um meio sucesso, ou um meio fracasso, como vocês quiserem. Nós sabíamos perfeitamente que em 3,5% não chegaríamos. Mas Yoshiaki Nakano (principal assessor) encasquetou que tinha que ser 3,5% porque precisava ser 3,5%. Ele disse: será 3,5% ou 4,3%, que parecia um número razoável, na época. Então, se 4,3% era razoável, 5,3% não era tão ruim... Boa parte do déficit público já tinha sido feito durante o primeiro semestre, quase todo ele. Terminado o Plano de Controle Macroeconômico, eu fiz a minha primeira viagem ao exterior e aí começava a batalha da dívida externa. Nesse momento eu fui ficando cada vez mais convencido de que havia uma incompatibilidade básica entre o serviço da dívida externa, a estratégia de financiamento e ajustamento, com o crescimento da estabilidade de preços. A primeira coisa que eu fiz, logo que assumi o governo, na verdade, foram duas, em relação à dívida externa. A pri-

meira foi dizer que não havia dinheiro novo, havia financiamento de juros. A segunda foi dizer que nós tínhamos de colocar como objetivo o crescimento econômico e tratar de ajustar as necessidades de financiamento ao crescimento econômico. Mas a conclusão a que eu fui chegando em relação a essa segunda estratégia é que ela era inviável. Ou era provavelmente inviável e não havia como fazer o ajustamento, a compatibilização entre o pagamento da dívida externa e o financiamento adequado. Seria preciso uma redução efetiva da dívida, um desconto da dívida, e aí tem um desconto já feito no mercado financeiro internacional. Pensei então em aproveitar esse desconto, ou não teríamos condições de sair do problema da dívida externa. Então veio a idéia da securitização, com uma estratégia para se aproveitar o desconto. E afinal essa idéia teve repercussão mundial, eu acho. Em dois momentos ela foi adotada, de certo modo. Na própria reunião do FMI ela foi cooptada parcialmente pelos ministros em vários momentos, como no comunicado e no discurso de Baker. Foi cooptada, não integralmente aceita. E, depois, na importante reunião dos oito presidentes latino-americanos, também. Todas as idéias do Brasil, novas, estavam lá, naquele comunicado, o que é muito importante. E eu acho importante, também, é que, além da estratégia do desconto da dívida para torná-la compatível — quer dizer, o Brasil não pode pagar toda essa dívida, é incompatível pagar toda essa dívida —, eu conversei com John Reed (presidente do CITIBANK), na última viagem que eu fiz aos Estados Unidos — eu tive um café da manhã com ele e ninguém soube. Ele me disse, com todos os “esses” e “erres” que achava desta dívida — não do Brasil, especificamente, mas da dívida em geral, do Terceiro Mundo — 30% eram impagáveis.

P.: E nessa proporção entra o Brasil também?

R.: Ele não entrou em detalhes sobre o Brasil. Citou o caso argentino, considerando uma porcentagem grande da dívida como impagável, e deu a entender que a situação do Brasil seria melhor. Esse tipo de reconhecimento me deixou satisfeito — só que em público ninguém diz. Me parecia que, antes de tomar uma medida mais drástica — e vou dizer o que é uma medida mais drástica — eu precisava esgotar a negociação. Por isso eu fiz uma proposta —, eu fiz questão de fazer a proposta formalmente, por escrito — para iniciar as negociações. Fiz o acordo interino para poder dar mais quatro meses para a negociação e as negociações terminam agora, dia 29 de janeiro, que é o prazo final,

contratual para as negociações terminarem. Tínhamos cinco condições básicas para o acordo: primeira, é obtermos financiamentos suficientes para cobrir cerca de 60% dos juros, que seja compatível então com taxas de crescimento do Brasil; segunda, uma redução modesta, mas efetiva, nos *spreads*; terceira, um teto nas taxas de juros, da LIBOR, acima do qual — que deveria ser, no máximo, 1% acima da LIBOR — deveria haver a capitalização dos juros; quarta, a desvinculação do desembolso dos bancos, com o eventual acordo e o desembolso do Fundo Monetário Internacional; e, a quinta, autorização para os títulos, para a securitização da dívida. São as condições mínimas para a gente ter uma negociação melhor do que a Argentina e o México. A probabilidade que vejo para que consigamos isso, hoje, não é mais do que 30%. Se não conseguirmos, acho que devemos tomar as seguintes providências, que expus em linhas gerais ao presidente Sarney — e ele concordou...

P.: Antes da sua saída?

R.: Antes da minha saída. Era, primeiro, dispensar os serviços do comitê assessor de bancos. Não são assessores nossos? Então podemos dispensá-los. E, segundo, estabelecer as bases da negociação — um telex seria mandado a todos os bancos — compatíveis com nossa capacidade de pagar, dando várias alternativas de formas de pagamento. E dizendo que, a partir daquele momento, com base naqueles parâmetros, nós negociaríamos banco a banco. Os grandes bancos em Brasília e para os pequenos, nós abriríamos um escritório do Banco Central em Nova York, para atendê-los. Eu acho que essa é a única solução, não vejo outra.

P.: Esse pessoal de direita defende muito a “negociação convencional”. O que é que é isso?

R.: Fui eu que inventei a expressão “negociação convencional”, não a direita. Convencional é a negociação que vem sendo feita desde 82. É a negociação de “empurrar com a barriga”, que está baseada em financiamento e ajustamento. Você faz um ajustamento na economia interna, reduz as suas necessidades e aumenta a sua possibilidade comercial. Como sempre falta alguma coisa, você financia o resto. Uma coisa que eu fiz sistematicamente foi a denúncia dessa abordagem, dizendo que isso só tinha levado à recessão e a inflação nos países devedores, que estão estagnados há sete anos, pelo menos. E tinha levado, além disso, a uma deterioração da capacidade de pagamentos do país, medida pela relação dívida/exportação. Nessa coisa da dívida, uma coisa que eu acho que foi muito importante na minha gestão, tam-

bém, foi que os empresários acham que tiveram um avanço razoável — não decisivo, mas razoável. Eles fizeram, por exemplo, um manifesto de apoio a mim na véspera de iniciarmos a negociação. Os empresários começaram a perceber que a dívida realmente é um negócio muito mais grave, que a dívida não é criação dos radicais do PMDB e do PT e que um acordozinho com o FMI não resolve tudo.

P.: Reimplantar o “empurra com a barriga” é bem mais difícil hoje em dia?

R.: Eu acho muito difícil, está sendo denunciado, isso está entrando em crise. Bom, finalmente, a última batalha foi a da reforma tributária. E de um terceiro pacote de medidas de corte de déficit público. Porque eu fiz o primeiro junto com o congelamento; o segundo, em agosto e o terceiro vinha junto com a reforma tributária. O objetivo da reforma tributária era aumentar a carga tributária e ao mesmo tempo fazer a carga tributária mais justa. Realmente essa carga tributária, se fosse plenamente feita, cairia sobre os 20% mais ricos e diminuiria o imposto dos 80% mais pobres que pagam Imposto de Renda. Quem realmente paga imposto no Brasil é a classe média e a classe alta. Ora, eu estava reduzindo os impostos de quatro milhões de contribuintes e aumentando o imposto de um milhão de contribuintes. Reduzia 7% em quatro milhões e aumentava não sei quanto, não foi possível medir...

P.: Ao longo da sua gestão, o senhor reduziu muito a intervenção do Estado na economia.

R.: Você disse que eu reduzi a intervenção do Estado na economia. E é verdade, eu tenho certeza de que hoje o número de setores controlados pelo CIP é substancialmente menor do que aqueles que eu encontrei antes do congelamento. Eu fiz um congelamento nesse ínterim, tirei tudo do congelamento rapidamente e, além disso, liberei uma quantidade enorme de setores da economia, porque havia excesso de controle no CIP. E não acabei, mas na semana retrasada o CIP liberou um elenco muito grande de setores e produtos. Quando foi criado, o CIP tinha como objetivo apenas controlar 300 empresas oligopolistas e nada mais. Depois foi ampliando, ampliando, e foi criando distorções. Houve alguns setores que foram muito prejudicados, como a indústria farmacêutica, por exemplo.

P.: A direita fala muito desse negócio do Estado inchado, gastador, perdulário. Mas onde é que o problema está localizado — custeio, salários?

R.: Eu não concordo com o uso da expressão “direita” nesse assunto. Ser contra o excesso do Estado no Brasil, hoje não é uma posição apenas de direita. Eu não me considero de direita e sou fortemente a favor de se privatizar no Brasil mais empresas, de se reduzir a participação do Estado em vários setores.

P.: Existe inclusive essa ambigüidade: é o ministro do PMDB que tenta fazer isso, e o governo, com uma composição mais à direita, é que breca isso.

R.: Por volta de 75, os empresários iniciaram uma grande batalha contra a estatização no Brasil. E essa batalha é hoje vitoriosa, do ponto de vista ideológico. Inicialmente era uma forma de os empresários assumirem uma participação política mais ativa, porque eles estavam ainda muito comprometidos com o sistema autoritário. Depois, a partir de 77, 78, eles passaram a defender abertamente a democracia e continuaram brigando contra a estatização. E eu me lembro muito bem de uma reunião, logo no começo da minha gestão, em que eu fui à FIESP — foi um almoço em que estava presente a maioria dos membros do Conselho Econômico da FIESP — e eu disse a eles: “Veja, eu acho que esta batalha, ideologicamente, já é vitoriosa, mas eu acho que vocês agora deviam parar de “bater em cachorro morto”. O que nós temos que ver agora é como nós resolvemos esse problema, objetivamente. E para resolver esse problema vocês propõem exclusivamente privatizar. Isso eu acho que é uma boa solução, mas é uma solução de médio a longo prazos. Principalmente porque as poupanças privadas, no Brasil, não são tão grandes que permitam a compra das empresas públicas. Segundo: a solução de curto prazo que vocês me apresentam é uma solução de, simplesmente, mandar embora alguns funcionários. Ora, essa solução é irreal”. Esse déficit público que nós temos no Brasil é um déficit público estrutural, que vem desde o início dos anos 70, quando começou o endividamento externo. E a redução de despesas, via demissão de funcionários, pode ter resultados muito pequenos, não é? Tudo o que eu sei a respeito mostra que, se fosse feito um esforço heróico, assim violentíssimo, eu poderia conseguir 1% do PIB. Acho que isso já é demais, 0,5% já seria um negócio extraordinário. E nós precisamos de 5% do PIB, de crescimento da poupança pública. Então, tem que aumentar a tarifa e impostos e não tem escapatória: o imposto que diminuiu, tarifa que diminuiu. E cortar subsídios e especialmente incentivos. Dos incentivos, quem se beneficia é, principalmente, a própria classe empresarial em vários níveis e setores. Ou se

faz isso ou então não se resolve o problema do Estado e da crise fiscal. Eu acho que este problema a classe empresarial ainda não resolveu assumir...

P.: Ela está dependurada nos subsídios.

R.: Alguns. Um dia desses alguém me perguntou se a classe empresarial é uma classe cartorial no Brasil. Eu acho que não é, eu acho que isso é uma injustiça.

P.: Não todos, mas tem setores...

R.: Há setores que são cartoriais, que estão dependentes, estão pendurados no Estado. Mas a grande maioria não é. Mas essa grande maioria que não é tem ainda essa visão simplista — eu chamaria — de como resolver o problema da crise fiscal brasileira e o problema do Estado, no Brasil.

P.: Logo depois de assumir o ministério, o senhor fez uma crítica implícita ao PMDB, dizendo que quando o partido chega ao governo ele muda.

R.: Não era uma crítica, era uma análise sociológica, constatação inescapável.

P.: Perfeito. Mas o senhor tentou implementar algumas teses, tradicionalmente defendidas pelos chamados “históricos do PMDB”, como a taxação de capital, e esses setores não manifestaram apoio às suas iniciativas. Isso não mostra que tem muita gente no PMDB que não saiu ainda dos palanques?

R.: Isso é o problema do populismo. Eu escrevi vários artigos, antes de ser ministro, contra o populismo. Hoje eu estou mais convencido de que o populismo é o mal fundamental da economia brasileira, o que não é típico só de político não. Os políticos também, muitos deles são populistas, querem agradar, mas você vê populismo entre empresários — estão sempre querendo agradar o seu próprio eleitorado; você vê o populismo entre os líderes sindicais que querem agradar o seu próprio eleitorado; você vê populismo junto à imprensa, que faz jornal, faz revista, com muita frequência, para agradar os seus leitores, que tem como critério fundamental agradar os seus leitores. Esse é um mal generalizado na sociedade brasileira e que precisa ser, realmente, muito fortemente criticado.